



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL  
PROC. Nº E-13/001/1392/2013  
DATA: 25/09/2013 fls:  
RUBRICA:

**GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Secretaria de Estado da Casa Civil**  
**Subsecretaria Militar**

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO 010/2013.**

**1- INTRODUÇÃO**

O ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pela Subsecretaria Militar da Casa Civil com sede na Rua Pinheiro Machado s/nº - Palácio Guanabara, Laranjeiras, Rio de Janeiro, torna público que, devidamente autorizada pelo Superintendente de Orçamento e Finanças, na forma do disposto no processo administrativo n.º **E-13/001/1392/2013**, que no dia, hora e local indicados no item 3 deste edital, será realizada licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, que será regido pela Lei Federal n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, pelos Decretos Estaduais n.ºs 31.863 e 31.864, ambos de 16 de setembro de 2002, com aplicação subsidiária da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei Estadual n.º 287, de 4 de dezembro de 1979, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto Estadual n.º 3.149, de 28 de abril de 1980, e respectivas alterações, do Decreto Estadual nº 42.063, de 06 de outubro de 2009, do Decreto Estadual nº 42.091, de 27 de outubro de 2009, do Decreto Estadual nº 42.301, de 12 de fevereiro de 2010, do Decreto Estadual nº 41.203, de 03 de março de 2008, da Resolução SEPLAG nº 429, de 11 de janeiro de 2011, demais Resoluções editadas pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e disposições legais aplicáveis e do disposto no presente edital.

**1.2** A sessão pública de processamento do Pregão Eletrônico será realizada no endereço eletrônico [www.compras.rj.gov.br](http://www.compras.rj.gov.br), no dia e hora indicados no item 3 deste Edital e será conduzida pelo Pregoeiro com o auxílio da equipe de apoio, todos designados nos autos do processo em epígrafe.



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL  
PROC. Nº E-13/001/1392/2013  
DATA: 25/09/2013 fls:  
RUBRICA:

**GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Secretaria de Estado da Casa Civil**  
**Subsecretaria Militar**

**1.3** As retificações deste edital, por iniciativa oficial ou provocadas por eventuais impugnações, obrigarão a todos os licitantes, devendo ser publicadas em todos os veículos em que se deu a publicação originária, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a modificação não alterar a formulação das propostas.

**1.4** O edital se encontra disponível no endereço eletrônico [www.compras.rj.gov.br](http://www.compras.rj.gov.br) e [www.subsecmilitar.rj.gov.br](http://www.subsecmilitar.rj.gov.br), podendo, alternativamente, ser adquirida uma via impressa mediante a permuta de uma resma de papel A4, 75 m/g2 e a apresentação do carimbo de identificação da empresa, constando o CNPJ, na sala da Divisão de Compras da Subsecretaria Militar, no endereço abaixo, no horário de 09:00h às 12:00h e de 13:30h às 16:00h.

**1.5** Os interessados poderão solicitar esclarecimentos acerca do objeto deste edital ou interpretação de qualquer de seus dispositivos em até 2 (dois) dias úteis anteriores à abertura da sessão, por escrito, no seguinte endereço: Rua Pinheiro Machado s/nº - Palácio Guanabara, Laranjeiras, Rio de Janeiro, ou, ainda, obter informações através dos telefones: (21) 2334-3314; (21) 2334-3315, de 09:00h até 17:00h horas, ou, ainda, através do fac-símile n.º (21) 2334-3314 ou e-mail: **divcom@subsecmilitar.rj.gov.br**.

**1.5.1** Caberá ao pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração do edital, responder aos pedidos de esclarecimentos no prazo de até 24 (vinte e quatro horas), antes do encerramento do prazo de acolhimento de propostas.

**1.6** Os interessados poderão formular impugnações ao edital em até 2 (dois) dias úteis anteriores à abertura da sessão, no seguinte endereço: Rua Pinheiro Machado s/nº - Palácio Guanabara, Laranjeiras, Rio de Janeiro, ou,



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL  
PROC. Nº E-13/001/1392/2013  
DATA: 25/09/2013 fls:  
RUBRICA:

**GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Secretaria de Estado da Casa Civil**  
**Subsecretaria Militar**

ainda, obter informações através dos telefones: (21) 2334-3314; (21) 2334-3315, de 09:00h até 17:00h horas, ou, ainda, através do fac-símile n.º (21) 2334-3314 ou e-mail: **divcom@subsecmilitar.rj.gov.br**.

**1.6.1** Caberá à Autoridade Superior, decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas.

**1.7** Tanto a resposta às impugnações quanto aos pedidos de esclarecimentos serão divulgados mediante nota nos endereços eletrônicos **www.casacivil.rj.gov.br** e **www.compras.rj.gov.br**, através do nº da licitação nos portais, ficando as empresas interessadas em participar do certame, obrigadas a acessá-los para a obtenção das informações prestadas.

## **2- DO OBJETO**

**2.1** O objeto do presente pregão eletrônico é a contratação de Sociedade Seguradora, com registro válido e atualizado na Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, para a cobertura de Seguro Aeronáutico de CASCO (Integral), LUC (Limite Único Combinado) e RETA (Responsabilidade Civil) para a Frota de Helicópteros do Governo do Estado do Rio de Janeiro, alocados na Subsecretaria Adjunta de Operações Aéreas da Subsecretaria Militar do Estado do Rio de Janeiro SAOA/SSMCC, à Avenida Borges de Medeiros – 1444 – Lagoa e Grupamento Aeromóvel da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, à Avenida Feliciano Sodré nº 273, Centro, Niterói, para emprego em todo território nacional, conforme as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL  
PROC. Nº E-13/001/1392/2013  
DATA: 25/09/2013 fls:  
RUBRICA:

**GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Secretaria de Estado da Casa Civil**  
**Subsecretaria Militar**

### **3. DA ABERTURA**

**3.1** A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases, dirigida pelo pregoeiro designado, a ser realizada de acordo com a legislação mencionada no preâmbulo deste edital, conforme indicado abaixo:

Posição	Dia	Mês	Ano	Horário
Início acolhimento das propostas	21	10	2013	09:00
Limite acolhimento das propostas	31	10	2013	17:00
Data de abertura das propostas	01	11	2013	09:00
Data da realização do Pregão	01	11	2013	10:00
Processo nº	E -13/001/1392/2013			
Tipo	MENOR PREÇO GLOBAL			
Prazo para impugnação	até 2 (dois) dias úteis			
Data da publicação	18 de outubro de 2013			
Endereço Eletrônico	www.compras.rj.gov.br			
Número da licitação no portal	11572			

**3.2** Ocorrendo Ponto Facultativo, ou outro fato superveniente de caráter público, que impeça a realização deste evento nas datas acima marcadas, a licitação ficará automaticamente prorrogada para o primeiro dia útil subsequente, independentemente de nova comunicação.

### **4- DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

**4.1** Os recursos necessários à aquisição do ora licitado correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

**SUBSECRETARIA MILITAR DA CASA CIVIL/SUBSECRETARIA ADJUNTA  
DE OPERAÇÕES AÉREAS – SAOA**



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL  
PROC. Nº E-13/001/1392/2013  
DATA: 25/09/2013      fls:  
RUBRICA:

**GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Secretaria de Estado da Casa Civil**  
**Subsecretaria Militar**

- FONTE: **00**
- PROGRAMA DE TRABALHO: **2106.06.781.0059.2039**
- NATUREZA DA DESPESA: **3390.39.10**
- VALOR: **R\$ 2.633.424,97**

**POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

- FONTE: **00**
- PROGRAMA DE TRABALHO: **2611.06.181.0147.1144**
- NATUREZA DA DESPESA: **3390.39.10**
- VALOR: **R\$ 1.584.157,81**

**SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**

- FONTE: **00**
- PROGRAMA DE TRABALHO: **2961.10.302.0093.2894**
- NATUREZA DA DESPESA: **3390.39.10**
- VALOR: **R\$ 996.632,11**

**POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

- FONTE: **00**
- PROGRAMA DE TRABALHO: **2604.06.1181.0147.1047**
- NATUREZA DA DESPESA: **3390.39.10**
- VALOR: **R\$ 981.827,23**

**5- TIPO DE LICITAÇÃO**

**5.1** O presente pregão eletrônico reger-se-á pelo tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**.

**6- CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**



**GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Secretaria de Estado da Casa Civil**  
**Subsecretaria Militar**

**6.1** Não serão admitidas na licitação as empresas punidas, no âmbito da Administração Pública Estadual, com as sanções prescritas no art. 7º da Lei nº 10.520/02, bem como nos incisos III e IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93.

**6.2** Não será permitida a participação na licitação de mais de uma empresa sob o controle de um mesmo grupo de pessoas, físicas ou jurídicas.

**6.3** Não será permitida a participação na licitação das pessoas físicas e jurídicas arroladas no artigo 9º da Lei nº 8.666/93.

**6.4** O licitante que se enquadrar como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, na forma do art. 2º do Decreto Estadual nº 42.063, de 06 de outubro de 2009, deverá declarar, no momento de inserção de sua proposta, junto ao SIGA, que cumpre os requisitos previstos na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, em especial quanto ao seu art. 3º.

**6.4.1** – Em caso de não atendimento do contido no subitem 6.4, por parte da microempresa ou empresa de pequeno porte, à mesma não será concedido o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado regulamentado por meio do Decreto Estadual nº 42.063/2009.

## **7. CREDENCIAMENTO**

**7.1** Somente poderão participar deste pregão eletrônico os licitantes devidamente credenciados junto ao SIGA, devendo o credenciamento ser realizado no prazo de até três dias úteis antes da data de abertura da sessão, conforme previsto no art. 5º, parágrafo 2º do Decreto nº 31.864/2002.

**7.2** O credenciamento dar-se-á pela atribuição de código para acesso ao SIGA.



**GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Secretaria de Estado da Casa Civil**  
**Subsecretaria Militar**

**7.2.1** O licitante para obter o código para acesso ao SIGA deverá entrar no endereço eletrônico [www.compras.rj.gov.br](http://www.compras.rj.gov.br), clicando na área de Registro de Fornecedor que se encontra na parte do meio do portal e seguir as orientações de preenchimento. O Portal contém um manual orientando o preenchimento.

**7.2.1.1** O licitante deverá preencher algumas telas, digitando informações sobre a empresa, pessoas que irão operar o SIGA e as famílias de itens que fornece. Após essa digitação o licitante deverá baixar, em local indicado no Portal, um arquivo contendo um Termo de Responsabilidade o qual deverá imprimir e assinar. Junto com esse Termo de Responsabilidade o licitante envia a documentação requerida para a SEPLAG – Secretaria de Planejamento e Gestão, no endereço informado no portal.

**7.2.1.2** Após o recebimento da documentação, a SEPLAG, através do SIGA, enviará para o e-mail informado do licitante o código de acesso às funcionalidades do SIGA. Quando o licitante acessar o SIGA deverá colocar seu código informado e a senha: SIGA. Essa senha é apenas para o primeiro acesso, pois o sistema irá solicitar para que o licitante digite uma senha nova, confirme essa senha e escreva uma pergunta e resposta. O sistema confirmará a nova senha que deverá ser usada nos próximos acessos.

**7.3** O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo à SEPLAG ou ao órgão promotor da licitação a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido de senha, ainda que por terceiros.

**7.4** A perda da senha ou a quebra do sigilo deverão ser comunicadas imediatamente a SEPLAG, para imediato bloqueio de acesso.



**GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Secretaria de Estado da Casa Civil**  
**Subsecretaria Militar**

**7.5** O credenciamento do licitante junto ao SIGA implica na presunção de sua capacidade técnica para realização das operações inerentes ao pregão eletrônico.

**8- DA CONEXÃO COM O SISTEMA E DO ENVIO DAS PROPOSTAS**

**8.1** Observado o disposto no item 6 e 7 deste edital, a participação neste pregão eletrônico dar-se-á por meio da conexão da licitante ao SIGA, pela digitação de sua senha privativa e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do SIGA, no período compreendido entre a data de início e de encerramento do acolhimento das propostas, conforme item 3.1 deste edital.

**8.2** O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no SIGA, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

**8.3** Como requisito para a participação no pregão eletrônico, o licitante deverá manifestar, sob as penas da lei, em campo próprio do SIGA, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste edital.

**8.3.1** No momento da abertura da sessão pública, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que firmou a DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA, constante do **ANEXO 8** que deverá ser apresentada no momento indicado pelo item 15.2.1.

**8.4** Caberá ao licitante acompanhar as operações no SIGA durante a sessão pública do pregão eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da





**GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Secretaria de Estado da Casa Civil**  
**Subsecretaria Militar**

perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

## **9- DA PROPOSTA DE PREÇOS**

**9.1** A Proposta de Preços deverá ser elaborada e enviada, exclusivamente por meio do SIGA, em campo específico, o qual deverá ser correta e integralmente preenchido.

**9.1.1** Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

**9.1.2** O formulário de proposta de preços, em sua forma impressa, **ANEXO 02**, somente será utilizado pelo licitante vencedor com vistas à readequação de sua oferta final.

**9.1.3** Os documentos anexados durante a inserção da proposta de preços (*folders*, prospectos, declarações, etc.) não poderão estar identificados, ou seja, não será admitida a veiculação do nome da empresa ou de seus representantes, utilização de material timbrado ou qualquer outro meio que facilite a identificação do licitante.

**9.1.4** As propostas não poderão impor condições ou conter opções, somente sendo admitidas propostas que ofereçam apenas uma marca, um modelo e um preço para cada material(is) constante(s) do objeto desta licitação.

**9.2** A proposta de preços será feita em moeda nacional e englobará todas as despesas relativas ao objeto do contrato, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, tributos, remunerações, despesas fiscais e financeiras e



**GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Secretaria de Estado da Casa Civil**  
**Subsecretaria Militar**

quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto desta Licitação, salvo expressa previsão legal. Nenhuma reivindicação adicional de pagamento ou reajustamento de preços será considerada.

**9.3** Caso o licitante se enquadre como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar declaração de que cumpre os requisitos previstos na Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006, em especial quanto ao seu art. 3º, na forma do **Anexo 7** do Edital.

**9.4** O licitante cujo estabelecimento esteja localizado no Estado do Rio de Janeiro deverá apresentar proposta isenta de ICMS, quando cabível, de acordo com o Convênio CONFAZ nº 26/2003 e a Resolução SER nº 047/2003, com alteração introduzida pela Resolução SER nº 121/2004, sendo este valor considerado para efeito de competição na licitação.

**9.5** Serão desclassificadas as propostas que não atendam às exigências deste Edital, aquelas com preço excessivo e as que tiverem preço manifestamente inexequível.

**9.6** A proposta de preços deverá limitar-se ao objeto desta licitação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou qualquer outra condição não prevista neste Edital.

**9.7** Os licitantes ficam obrigados a manter a validade da proposta por 60 (sessenta) dias contados da data de abertura da sessão, conforme disposto no item 3.

**9.7.1** Se, por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade da proposta de preços, ou seja, 60 (sessenta) dias, e caso persista o interesse da Subsecretaria Militar da Casa Civil, esta poderá solicitar a prorrogação da validade da proposta por igual prazo.



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL  
PROC. Nº E-13/001/1392/2013  
DATA: 25/09/2013 fls:  
RUBRICA:

**GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Secretaria de Estado da Casa Civil**  
**Subsecretaria Militar**

**9.7.2** O Seguro compreende a cobertura dos seguintes helicópteros:

<b>Nº DE AERONAVES</b>	<b>PREFIXO</b>	<b>MODELO</b>
01	PP-ELB	Dauphin SA365N1
02	PP-EVA	Esquilo AS355N
03	PP-ECF	Esquilo AS350BA
04	PP-ECE	Esquilo AS350BA
05	PR-ERJ	EC 135 T2+
06	PP-MHI	Esquilo AS350B2
07	PP-CBM	Esquilo AS350B2
08	PR-EPC	Esquilo AS350B3
09	PR-FEC	UH-1H II
10	PR-GRJ	GRAND NEW AW 109SP
11	PR-SES	AS 355NP
12	PR-RJJ	AS355NP
13	PP-EPN	Esquilo AS350B2
14	PP-EMA	Esquilo AS350B2
15	PR-IDR	Esquilo AS350B3
16	PR-COE	UH-1H II
17	PR-LEI	SCHWEIZER 296C-1



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL  
PROC. Nº E-13/001/1392/2013  
DATA: 25/09/2013 fls:  
RUBRICA:

**GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Secretaria de Estado da Casa Civil**  
**Subsecretaria Militar**

**10 – DO CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS**

**10.1** Fica estabelecido como critério máximo de aceitabilidade pela Administração, o valor estimado na Planilha de Preços abaixo:

LOTE	OBJETO	QUANT.	PREÇO GLOBAL R\$
01	Seguro da frota de helicópteros do Governo do Estado do Rio de Janeiro, composta de 17 (dezessete) aeronaves nas modalidades de LUC, CASCO e RETA, para período de 12 (doze) meses.	01	<b>6.196.042,12</b>

**11- DA ABERTURA DAS PROPOSTAS E DA FORMULAÇÃO DE LANCES**

**11.1** A partir do horário previsto no item 3.1 deste Edital, terá início a sessão de abertura do Pregão Eletrônico, ficando os licitantes no aguardo do término da análise da conformidade das propostas e início da disputa de preços, quando poderão encaminhar lances, exclusivamente por meio do SIGA, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

**11.1.2** O sistema ficará disponível para a disputa de lances de segunda a sexta-feira, no horário de 09h as 18h, após esse período será bloqueado para tal finalidade.

**11.2** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado e as suas regras de aceitação e o limite de horário de funcionamento do sistema.



**GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Secretaria de Estado da Casa Civil**  
**Subsecretaria Militar**

**11.3** Só serão aceitos os lances cujos valores forem inferiores ao último ofertado pelo próprio licitante e registrado no sistema. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**11.4** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance, vedada a identificação do detentor do lance.

**11.5** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o SIGA permanecerá acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

**11.6** Quando a desconexão do Pregoeiro, persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes, através de aviso inserido em campo próprio do SIGA, divulgando, com antecedência mínima de 01(uma) hora, data e hora para a reabertura da sessão.

**11.7** A etapa de lances da sessão pública será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de até trinta minutos, aleatoriamente determinado pelo SIGA, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

**11.7.1** Em caso de erro material, ao licitante será concedida a possibilidade de enviar solicitação de cancelamento do seu lance durante a realização da etapa de lances da sessão pública, que poderá ser aceita ou não pelo Pregoeiro.



**GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Secretaria de Estado da Casa Civil**  
**Subsecretaria Militar**

Todavia, durante o transcurso do período randômico de disputa não será possível o encaminhamento de solicitação de cancelamento de lances.

**11.7.2** O período randômico de disputa somente poderá ser iniciado até às 17:20h, tendo em vista que às 18:00h o sistema será bloqueado automaticamente para envio de lances e continuidade da disputa.

**11.8** Caso não sejam apresentados lances, verificar-se-á a aceitabilidade da proposta de menor valor, considerando-se o valor estimado para a contratação e o disposto no item 9.5.

## **12-DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

**12.1** O julgamento obedecerá ao critério de menor preço, na forma do item 5. Será declarada vencedora a proposta que apresentar o menor preço, observadas as regras deste edital, especialmente o item 12.3.

**12.2** O SIGA informará o licitante detentor da proposta ou do lance de menor valor, imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após verificação de empate ficto, nos termos do item 11.3 deste Edital, cabendo decisão, pelo Pregoeiro, acerca da aceitação do menor lance ofertado e, ainda, negociação visando a sua redução.

**12.3** Havendo empate no momento do julgamento das propostas de preços será assegurada às microempresas e empresas de pequeno porte a preferência na contratação, caso a proposta de menor preço tenha sido apresentada por empresa que não detenha tal condição.

**12.3.1** Para efeito da verificação da existência de empate, no caso das microempresas ou das empresas de pequeno porte, serão consideradas as



**GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Secretaria de Estado da Casa Civil**  
**Subsecretaria Militar**

propostas por estas apresentadas iguais ou superiores em até 5% àquela mais bem classificada.

**12.3.2** Havendo empate, proceder-se-á da seguinte forma:

a.-) a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar proposta de preço inferior àquela vencedora do certame no prazo máximo de 5 (cinco) minutos, após o encerramento da fase de lances, sob pena de preclusão.

b.-) caso a microempresa ou empresa de pequeno porte, que se apresente neste caso, abdique desse direito ou não venha a ser contratada, serão convocadas, na ordem classificatória, as demais que se enquadrem na mesma hipótese, para o exercício de igual direito.

c.-) na situação de empate na forma antes prevista, inexistindo oferta de lances e existindo equivalência nos valores apresentados por mais de uma microempresa ou empresa de pequeno porte, o sistema identificará aquela que primeiro inseriu sua proposta, de modo a possibilitar que esta usufrua da prerrogativa de apresentar oferta inferior à melhor classificada.

**12.3.3** Caso nenhuma microempresa ou empresa de pequeno porte venha a ser contratada pelo critério de desempate, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

**12.4** Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade. Se for necessário, repetirá esse procedimento,



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL  
PROC. Nº E-13/001/1392/2013  
DATA: 25/09/2013 fls:  
RUBRICA:

**GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Secretaria de Estado da Casa Civil**  
**Subsecretaria Militar**

sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

**12.4.1** Ocorrendo a situação a que se refere o subitem 11.8 e/ou subitem 12.4 deste Edital, o Pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido melhor preço.

**12.5** O sistema gerará ata circunstanciada, da sessão, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes, que estará disponível para consulta no endereço eletrônico [www.compras.rj.gov.br](http://www.compras.rj.gov.br).

**12.6** A critério do pregoeiro, poderão ser relevados erros ou omissões formais de que não resultem prejuízo para o entendimento das propostas de preços.

### **13- DA HABILITAÇÃO**

**13.1** Efetuados os procedimentos previstos no item 12 deste Edital, o licitante detentor da proposta de preços ou do lance de menor valor deverá encaminhar para o seguinte endereço: Rua Pinheiro Machado s/nº - Palácio Guanabara, Laranjeiras – Rio de Janeiro/ RJ, no prazo máximo de três dias úteis contados do encerramento da etapa de lances da sessão pública:

**a-)** a documentação de habilitação prevista no item 13.2 à 13.6;

**b-)** a proposta de preços relativa ao valor arrematado, inclusive, se for o caso, detalhando a planilha de custos.





**GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Secretaria de Estado da Casa Civil**  
**Subsecretaria Militar**

**13.1.2** Constatado o atendimento das exigências previstas no Edital, o licitante será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto da licitação pelo próprio Pregoeiro, na hipótese de inexistência de recursos, ou pela AUTORIDADE SUPERIOR na hipótese de existência de recursos.

**13.1.3** Se o licitante desatender às exigências previstas no item 13, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação, repetindo esse procedimento sucessivamente, se for necessário, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

**13.1.4** O Certificado de Registro Cadastral de Fornecedores do Estado – CRC, mantido pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - SEPLAG, poderá ser apresentado em substituição aos documentos elencados nos subitens 13.2.1; 13.3.1, 13.4.1 e 13.6.1.

**13.1.4.1** Os licitantes cadastrados deverão, ainda, apresentar os documentos de qualificação técnica previstos no item 13.5.

**13.1.4.2** Os licitantes não cadastrados deverão apresentar os documentos de habilitação indicados nos itens 13.2 a 13.6.

**13.2. Habilitação Jurídica**

**13.2.1** Para fins de comprovação da habilitação jurídica, deverão ser apresentados, conforme o caso, os seguintes documentos:

- a) Cédula de identidade e CPF dos sócios ou dos diretores;
- b) Registro Comercial, no caso de empresário pessoa física;



**GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Secretaria de Estado da Casa Civil**  
**Subsecretaria Militar**

- c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.
- d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- f) A sociedade simples que não adotar um dos tipos regulados nos artigos 1.039 a 1.092, deverá mencionar, no contrato social, por força do art. 997, inciso VI, as pessoas naturais incumbidas da administração;
- g) Ata da respectiva fundação, e o correspondente registro na Junta Comercial, bem como o estatuto com a ata da assembléia de aprovação, na forma do artigo 18 da Lei nº 5.764/71, em se tratando de sociedade cooperativa.

### **13.3 Regularidade Fiscal e Trabalhista**

**13.3.1** Para fins de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

- a) prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL  
PROC. Nº E-13/001/1392/2013  
DATA: 25/09/2013 fls:  
RUBRICA:

**GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Secretaria de Estado da Casa Civil**  
**Subsecretaria Militar**

c) prova de regularidade perante a Fazenda Nacional, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante com a apresentação das seguintes certidões:

c1) a prova de regularidade com a Fazenda Federal será efetuada por meio da Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), da sede do licitante.

c.2.) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, por meio da apresentação da respectiva certidão negativa de débito (ou positiva com efeito de negativa), ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, pelo respectivo objeto, está isento de inscrição estadual;

c.2.1) Caso o licitante esteja estabelecido no Estado do Rio de Janeiro, a prova de regularidade com a Fazenda Estadual será feita por meio da apresentação da certidão negativa ou positiva com efeito de negativa do imposto sobre circulação de mercadorias e serviços expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda e certidão da Dívida Ativa para fins de licitação expedida pela Procuradoria Geral do Estado, ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, pelo respectivo objeto, está isento de inscrição estadual.

c.3) a prova de regularidade com a Fazenda Municipal será feita por meio da certidão negativa ou positiva com efeito negativo de imposto sobre serviços de qualquer natureza, ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, pelo respectivo objeto, está isento de inscrição municipal.



**GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Secretaria de Estado da Casa Civil**  
**Subsecretaria Militar**

d) Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito negativo referente à Contribuição Previdenciária e às de Terceiros, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) da sede do licitante.

e) Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

**13.3.2.1** Na hipótese de tratar-se de microempresa ou de empresa de pequeno porte, na forma da lei, não obstante a obrigatoriedade de apresentação de toda a documentação habilitatória, a comprovação da regularidade fiscal somente será exigida para efeito de assinatura do contrato ou retirada da nota de empenho, caso se sagre vencedora na licitação.

**13.3.2.2** Caso a documentação apresentada pela microempresa ou pela empresa de pequeno porte contenha alguma restrição, lhe será assegurado o prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da declaração do vencedor do certame (no momento imediatamente posterior à fase de habilitação), para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas que tenham efeito negativo.

**13.3.2.3** O prazo acima poderá ser prorrogado por igual período, mediante requerimento do interessado, a critério exclusivo da Administração Pública.



**GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Secretaria de Estado da Casa Civil**  
**Subsecretaria Militar**

**13.3.2.4** A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no art. 81, da Lei nº 8.666/93.

**13.4 Qualificação Econômico-Financeira**

**13.4.1** Todos os licitantes deverão apresentar certidões negativas de falências e recuperação judicial expedidas pelos distribuidores da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física. Se o licitante não for sediado na Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, as certidões deverão vir acompanhadas de declaração oficial da autoridade judiciária competente, relacionando os distribuidores que, na Comarca de sua sede, tenham atribuição para expedir certidões negativas de falências e recuperação judicial, ou de execução patrimonial.

**13.4.2** Apresentar comprovação de ser dotado na data de apresentação da proposta de patrimônio líquido igual ou superior a 10% do valor estimado para contratação.

**13.4.3** Apresentar Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, exigíveis e apresentados na forma da lei, incluindo Termo de Abertura e Encerramento do livro contábil, que comprovem a boa situação financeira da empresa. Quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data da apresentação da proposta, admitir-se-á atualização dos valores por índices oficiais, sendo vedada a substituição das demonstrações financeiras por balancetes ou balanços provisórios.



**GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Secretaria de Estado da Casa Civil**  
**Subsecretaria Militar**

**13.4.3.1** O Balanço Patrimonial deverá apresentar Índice de Liquidez Geral (ILG) igual ou maior do que 1 (um), resultante da aplicação da seguinte fórmula:

$$\text{ILG} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}} > \text{OU} = 1$$

**ILG – Índice de Liquidez Geral**

**13.4.3.2** Será considerado como Índice de liquidez Geral o quociente da soma do ativo circulante com o realizável a longo prazo pela soma do passivo circulante com o exigível a longo prazo, levando-se em consideração a Portaria SUPRIM/SARE nº 117 de 17 de setembro de 2004.

**13.4.3.3** Os documentos acima referidos deverão ser apresentados devidamente registrados na Junta Comercial (sociedades comerciais) ou no Cartório de Registro Civil de pessoas Jurídicas ( sociedades civis, com ou sem caráter mercantil), ou apresentados mediante publicação em órgão da imprensa oficial devendo, neste caso, ser evidentes a identificação do nome do contador e do número de seu registro no Conselho Regional de Contabilidade (CRC).

**13.4.3.4** Para licitantes cujas atividades iniciaram-se a menos de 01 (um) ano, será permitida a apresentação do balanço geral correspondente ao período de atividade.

**13.4.3.5** Em se tratando de Sociedade Anônima, o balanço deverá ser apresentado em publicação no diário oficial ou outro Jornal de grande circulação.



**GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Secretaria de Estado da Casa Civil**  
**Subsecretaria Militar**

**13.5 Qualificação Técnica**

**a) Certidão** emitida eletronicamente pela SUSEP (com até 24 horas de antecedência), que comprove a regularidade do licitante e certifique que a empresa não se encontra sob regime de direção fiscal, intervenção, liquidação extrajudicial, fiscalização extraordinária e que não esteja cumprindo penalidade de suspensão imposta pela SUSEP, podendo, a critério do Pregoeiro, no momento da entrega da documentação, realizar consulta “on line” ao órgão, a fim de verificar se houve alteração nas informações apresentadas.

**b) Atestado de Capacidade Técnica** de atividade pertinente e compatível com o objeto desta licitação, que comprove prestação de serviço de seguro aeronáutico na modalidade **CASCO, LUC e RETA**, através de contratação concomitante, emitido por pessoa de direito público ou privado, comprovando a prestação satisfatória de serviços.

**c) Atestado de Vistoria** visando medir os riscos envolvidos (**ANEXO 3A e 3B**) assinado por funcionário credenciado pela empresa e pelo Subsecretário Adjunto de Operações Aéreas (**Anexo 3A**) e pelo Comandante do Grupamento Aeromóvel da Polícia Militar (**Anexo 3B**), devendo as empresas licitantes agendar previamente as referidas vistorias através dos telefones: Subsecretaria Adjunta de Operações Aéreas (SAOA) - (21) 2334-6782, (21) 2334-6778 e Grupamento Aeromóvel da Polícia Militar (GAM - PMERJ) – (21) 2717-6285, (21) 2717-7314.

c.1) O Atestado de Vistoria (**Anexo 3A**) poderá ser assinado por funcionário designado pelo Subsecretário Adjunto de Operações Aéreas no caso de seu impedimento.



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL  
PROC. Nº E-13/001/1392/2013  
DATA: 25/09/2013 fls:  
RUBRICA:

**GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Secretaria de Estado da Casa Civil**  
**Subsecretaria Militar**

c.2) O Atestado de Vistoria (**Anexo 3B**) poderá ser assinado por funcionário designado pelo Comandante do Grupamento Aeromóvel da Polícia Militar no caso de seu impedimento.

c.3) Caso alguma aeronave constante do rol a ser vistoriado encontre-se parqueada fora de um dos locais acima mencionados (SAOA ou GAM-PMERJ), caberá ao Subsecretário Adjunto de Operações Aéreas ou ao Comandante do Grupamento Aeromóvel da PMERJ, conforme o caso, providenciar ofício de apresentação do representante da empresa licitante, que pretende realizar a vistoria, ao local onde se encontra a aeronave em questão.

c.4) As empresas que **não desejarem realizar as vistorias** deverão emitir declaração, assinada pelo seu representante legal, abrindo mão de tal direito, assumindo a responsabilidade por qualquer risco futuro e isentando a Contratante de qualquer responsabilidade que advenha de tal opção.

d) Comprovação de realização de resseguro junto à empresa autorizada pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, a atuar no Brasil, onde fique claro estar a licitante com o resseguro realizado junto à instituição, com vistas à capacidade técnica e apoio de cobertura para o objeto constante do presente Edital.

**13.6 Declaração relativa Cumprimento ao Art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal.**

**13.6.1** Todos os licitantes deverão apresentar declaração, na forma do Anexo 3, de que não possuem em seus quadros funcionais nenhum menor de dezoito anos desempenhando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou qualquer





**GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Secretaria de Estado da Casa Civil**  
**Subsecretaria Militar**

trabalho por menor de dezesseis anos, na forma do art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal.

**13.7 Do Prazo de Validade das Certidões**

**13.7.1** As certidões valerão nos prazos que lhe são próprios. Inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidas por 90 (noventa) dias, contados de sua expedição.

**14. DOS RECURSOS**

**14.1** O licitante interessado em interpor recurso deverá manifestar-se por meio do SIGA, no prazo de 30 (trinta) minutos, após a declaração de vencedor pelo Pregoeiro expondo os motivos. Na hipótese de ser aceito o Recurso, será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões, ficando os demais licitantes desde logo intimados para, querendo, apresentarem contra-razões em igual período que começará a contar do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata do processo administrativo mediante requerimento dirigido ao Pregoeiro.

**14.2** A falta de manifestação do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.

**14.3.** As razões e contra-razões de recurso poderão, facultativamente, ser enviadas para o e-mail [divcom@subsecmilitar.rj.gov.br](mailto:divcom@subsecmilitar.rj.gov.br) ou para o fax (21) 2334-3314, com posterior envio do original, desde que observado o prazo de 3 (três) dias úteis, contado a partir da declaração de vencedor do certame.

**14.4** A não apresentação das razões acarretará como consequência a análise do recurso apenas pela síntese da manifestação a que se refere o item 15.1.



**GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Secretaria de Estado da Casa Civil**  
**Subsecretaria Militar**

**14.5** O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

**14.6** As razões de recursos serão dirigidas ao Subsecretário Militar por intermédio do pregoeiro que, no prazo de 03 (três) dias úteis, poderá reconsiderar sua decisão ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, para decisão final.

**15- DA ADJUDICAÇÃO, DA HOMOLOGAÇÃO E DA CONTRATAÇÃO.**

**15.1** Não sendo interposto recurso, o Pregoeiro adjudicará o objeto do certame ao arrematante, com a posterior homologação do resultado pelo Superintendente de Orçamento e Finanças. Havendo interposição de recurso, após o julgamento, caberá ao Subsecretário Militar adjudicar e homologar o procedimento.

**15.2** Uma vez homologado o resultado da licitação pelo Superintendente de Orçamento e Finanças, será o licitante vencedor convocado, por escrito, com uma antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, para assinatura do contrato.

**15.2.1** O vencedor deverá apresentar a DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA, constante do **ANEXO 8**, como condição para assinatura do contrato.

**15.3** Na forma do disposto do Decreto Estadual nº 33.925, de 18.09.2003, o licitante vencedor deverá apresentar, como condição para assinatura do contrato, Declaração (**ANEXO 6**) de que preenche, em seus quadros, o percentual mínimo de empregados beneficiários da Previdência Social,



**GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Secretaria de Estado da Casa Civil**  
**Subsecretaria Militar**

reabilitados ou com pessoa portadora de deficiência habilitada, na seguinte proporção:

- I – de cem a duzentos empregados, 2% (dois por cento);
- II – de duzentos e um a quinhentos empregados, 3% (três por cento);
- III – de quinhentos e um a mil empregados, 4% (quatro por cento); e
- IV – mais de mil empregados, 5% (cinco por cento).

**15.3.1** A empresa que possuir em seu quadro menos de 100 (cem) empregados está isenta do cumprimento do Decreto supramencionado, devendo, no entanto, apresentar declaração informando a quantidade existente em seu quadro funcional.

**15.4** Poderá o Superintendente de Orçamento e Finanças, a seu critério, encaminhar a declaração apresentada pelo licitante vencedor à Delegacia Regional do Trabalho, órgão responsável pela fiscalização e cumprimento da legislação específica relativa ao trabalho das pessoas portadoras de deficiência.

**15.5** Na hipótese de não atendimento no dispositivo do subitem anterior, poderão ser convocados os demais licitantes, observada a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação de penalidade a que se refere o art. 81 da Lei nº 8.666/93.

**15.6** Deixando o adjudicatário de assinar o contrato no prazo fixado, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas ao faltoso, após a licitação ter retornado a fase de habilitação pela Autoridade Superior, poderá o Pregoeiro examinar as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, até a apuração de uma que atenda ao edital.



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL  
PROC. Nº E-13/001/1392/2013  
DATA: 25/09/2013      fls:  
RUBRICA:

**GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Secretaria de Estado da Casa Civil**  
**Subsecretaria Militar**

**16 - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

**16.1** Os pagamentos serão efetuados, obrigatoriamente, por meio de crédito em conta corrente do Banco BRADESCO, instituição financeira contratada pelo Estado, cujo número e agência deverão ser informados pelo adjudicatário até a assinatura do contrato.

**16.2** No caso de a **CONTRATADA** estar estabelecida em localidade que não possua agência da instituição financeira contratada pelo Estado ou caso verificada pelo **CONTRATANTE** a impossibilidade de a **CONTRATADA**, em razão de negativa expressa da instituição financeira contratada pelo Estado, abrir ou manter conta corrente naquela instituição financeira, o pagamento poderá ser feito mediante crédito em conta corrente de outra instituição financeira. Nesse caso, eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais serão suportados exclusivamente pela **CONTRATADA**.

**16.3** A contratada deverá encaminhar a fatura para pagamento à Superintendência de Orçamento e Finanças, sito à Rua Pinheiro Machado s/nº - Palácio Guanabara – Laranjeiras – Rio de Janeiro - RJ, acompanhada de comprovante de recolhimento mensal do FGTS e INSS relativos à mão de obra empregada no contrato.

**16.4** O prazo de pagamento será de até 30 (trinta) dias, contados da data da entrada do documento de crédito, isento de erros, na repartição competente, previamente atestado por dois servidores, que não o ordenador de despesas, designados pelo Subsecretário Adjunto de Operações Aéreas.



**GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Secretaria de Estado da Casa Civil**  
**Subsecretaria Militar**

**16.5** Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa da contratada, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

**16.6** Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível ao adjudicatário, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IGP-M e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado pro rata die, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste edital serão feitos mediante desconto de 0,5% ao mês pro rata die.

**16.7** A forma de pagamento será à vista.

**16.8** Decorrido o prazo de 12 (doze) meses da data da apresentação da proposta, poderá o contratado fazer jus ao reajuste do valor contratual pelo IGP-M, que deverá retratar a variação efetiva do custo de produção ou dos insumos utilizados na consecução do objeto contratual, na forma do que dispõe o art. 40, X, da Lei nº 8.666/93 e os art. 2º e 3º da Lei nº 10.192, de 14/02/2001.

**16.9** O contratado deverá emitir a Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, e consoante o Protocolo ICMS 42, de 03 de julho de 2009, com a redação conferida pelo Protocolo ICMS 85, de 9 de julho de 2010, e caso seu estabelecimento estiver localizado no Estado do Rio de Janeiro deverá observar a forma prescrita no § 1º, alíneas a, b, c e d, do art 2º da Resolução SER 047/2003.

**17 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES**



**GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Secretaria de Estado da Casa Civil**  
**Subsecretaria Militar**

**17.1** A inexecução dos serviços, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará o contratado, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

- a)** advertência;
- b)** multa administrativa;
- c)** suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro;
- d)** declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro.

**17.2** O licitante que, convocado no prazo de 05 (cinco) dias úteis, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Estado do Rio de Janeiro, e terá o seu registro no Cadastro de Fornecedores suspenso pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital, contrato e das demais cominações legais.

**17.3** A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

**17.3.1** Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida também deverão ser considerados para a sua fixação.



**GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Secretaria de Estado da Casa Civil**  
**Subsecretaria Militar**

**17.4** A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão licitante.

**17.4.1** A advertência e a multa, previstas nas alíneas a e b, do item 11.1, serão impostas pelo Ordenador de Despesas, na forma do art. 35, do Decreto Estadual nº 3.149/80.

**17.4.2** A suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, prevista na alínea c, do item 17.1, será imposta pelo Ordenador de Despesa, na forma do art. 35, do Decreto Estadual nº 3.149/80, devendo ser submetida à apreciação do Secretário de Estado de Estado.

**17.4.3** A aplicação da sanção prevista na alínea d, do item 17.1, é de competência exclusiva do Secretário de Estado de Estado.

**17.5** A multa administrativa, prevista na alínea b, do item 17.1:

**a)** corresponderá ao valor de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas;

**b)** poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra;

**c)** não tem caráter compensatório e seu pagamento não exime a responsabilidade por perdas e danos das infrações cometidas;

**d)** deverá ser graduada conforme a gravidade da infração;



**GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Secretaria de Estado da Casa Civil**  
**Subsecretaria Militar**

**e)** nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou do empenho, conforme preceitua o artigo 87 do Decreto Estadual n.º 3.149/80.

**17.6** A advertência poderá ser aplicada quando a CONTRATADA não apresentar a documentação exigida nos itens 18.6 e 18.7, no prazo de 10 (dez) dias da sua exigência, o que configura a mora.

**17.7** A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, prevista na alínea c, do item 17.1:

**a)** não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;

**b)** sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido.

**c)** será aplicada, pelo prazo de 1 (um) ano, conjuntamente à rescisão contratual, no caso de descumprimento total ou parcial do objeto, configurando inadimplemento.

**17.8** A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, prevista na alínea d, do item 17.1, perdurará pelo tempo em que os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.





**GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Secretaria de Estado da Casa Civil**  
**Subsecretaria Militar**

**17.8.1** A reabilitação poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

**17.9** O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a CONTRATADA à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor do contrato, da nota de empenho ou do saldo não atendido, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral do contrato pelo CONTRATANTE ou da aplicação das sanções administrativas.

**17.10** Se o valor das multas previstas na alínea b, do item 17.1, e no item 17.9, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, forem superiores ao valor da garantia prestada, se houver, além da perda desta, responderá o infrator pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

**17.11** A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

**17.12** A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos e os fundamentos legais pertinentes para a aplicação da penalidade, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

**17.11.1** Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.

**17.12.2** A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.



**GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Secretaria de Estado da Casa Civil**  
**Subsecretaria Militar**

**17.12.2.1** A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas a, b e c, do item 17.1, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea d, do item 17.1.

**17.12.3** Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

**17.13** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato dentro do prazo estipulado pela Entidade, sem que haja justo motivo para tal, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e determinará a aplicação de multa de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, cabendo, ainda, a aplicação das demais sanções administrativas.

**17.14** As penalidades previstas no item 17.1 também poderão ser aplicadas aos licitantes e ao adjudicatário.

**17.14.1** Os licitantes, adjudicatários e contratantes que forem penalizados com as sanções de suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar e a declaração de inidoneidade para licitar e contratar ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro enquanto perdurarem os efeitos da respectiva penalidade.

**17.15** As penalidades impostas aos licitantes serão registradas pelo ÓRGÃO LICITANTE no Cadastro de Fornecedores do Estado, por meio do SIGA.

**17.15.1** Após o registro mencionado no item acima, deverá ser remetido para a Coordenadoria de Cadastros da Subsecretaria de Recursos Logísticos da



**GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Secretaria de Estado da Casa Civil**  
**Subsecretaria Militar**

SEPLAG o extrato de publicação no Diário Oficial do Estado do ato de aplicação das penalidades citadas nas alíneas c e d do item 17.1, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro.

**18. ACEITAÇÃO DO OBJETO CONTRATUAL E RESPONSABILIDADE**

**18.1** Executado o contrato, o seu objeto será recebido na forma prevista no art. 73 da Lei n.º 8.666/93, dispensado o recebimento provisório nas hipóteses previstas no art. 74 da mesma lei.

**18.2** O recebimento provisório ou definitivo do objeto do Contrato não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético-profissional, pela sua perfeita execução do Contrato.

**18.3** Salvo se houver exigência a ser cumprida pelo adjudicatário, o processamento da aceitação provisória ou definitiva deverá ficar concluído no prazo de 30 dias úteis, contados da entrada do respectivo requerimento no protocolo da Subsecretaria Militar da Casa Civil, na forma do disposto no parágrafo 3º, do art. 77 do Decreto nº 3.149/80.

**18.4** A CONTRATADA é responsável por danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

**18.5** A CONTRATADA é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo o



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL  
PROC. Nº E-13/001/1392/2013  
DATA: 25/09/2013 fls:  
RUBRICA:

**GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Secretaria de Estado da Casa Civil**  
**Subsecretaria Militar**

CONTRATANTE, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos.

**18.6** A CONTRATADA será obrigada a apresentar, mensalmente, se for o caso, em relação aos empregados vinculados ao contrato, prova de que:

- a) está pagando as verbas salariais, incluídas as horas extras devidas e outras verbas que, em razão da percepção com habitualidade, devam integrar os salários; ou a repartição das cotas, em se tratando de cooperativas, até o quinto dia útil de cada mês seguinte ao vencimento ou na forma estabelecida no Estatuto, no último caso;
- b) está em dia com o vale-transporte e o auxílio-alimentação;
- c) anotou as Carteiras de Trabalho e Previdência Social; e
- d) encontra-se em dia com os recolhimentos dos tributos, contribuições e encargos.

**18.7** A CONTRATADA será obrigada a reapresentar a Certidão Negativa de Débito junto ao INSS (CND), a Certidão Negativa de Débitos de tributos e Contribuições Federais e o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), assim como a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), sempre que expirados os respectivos prazos de validade.

**18.8** A ausência da apresentação dos documentos mencionados nos itens 18.6 e 18.7 ensejará a imediata expedição de notificação à CONTRATADA, assinalando o prazo de 10 (dez) dias para a cabal demonstração do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias e para a apresentação de defesa, no mesmo prazo, para eventual aplicação da penalidade de advertência, na hipótese de descumprimento total ou parcial destas obrigações no prazo assinalado.



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL  
PROC. Nº E-13/001/1392/2013  
DATA: 25/09/2013 fls:  
RUBRICA:

**GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Secretaria de Estado da Casa Civil**  
**Subsecretaria Militar**

**18.9** Permanecendo a inadimplência total ou parcial o contrato será rescindido.

**18.10** No caso do item 18.9, será expedida notificação à CONTRATADA para apresentar prévia defesa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, para dar início ao procedimento de rescisão contratual e de aplicação da penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de 1 (um) ano.

**19 – DO PRAZO**

**19.1** O prazo de vigência do Contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir de 13/11/2013 à 13/11/2014, desde que posterior à data de publicação do extrato do contrato no Diário Oficial, valendo a data da publicação do extrato como termo inicial de vigência, caso posterior à data convencionada nesta cláusula.

**19.2** O prazo contratual poderá ser prorrogado, observando-se o limite previsto no art. 57, II, da Lei n.º 8.666/93, desde que a proposta da CONTRATADA seja comprovadamente mais vantajosa para o CONTRATANTE.

**20. DISPOSIÇÕES GERAIS**

**20.1** É facultada ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

**20.2** A presente licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada no



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL  
PROC. Nº E-13/001/1392/2013  
DATA: 25/09/2013 fls:  
RUBRICA:

**GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Secretaria de Estado da Casa Civil**  
**Subsecretaria Militar**

todo ou em parte por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiro, de acordo com o art. 229 da Lei Estadual n.º 287/79 c/c o art. 49 da Lei Federal n.º 8.666/93, assegurado o direito de defesa sobre os motivos apresentados para a prática do ato de revogação ou anulação.

**20.3** O objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões, conforme previsto no art. 65, §§ 1º e 2º da Lei n.º 8.666/93.

**20.4** Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do término.

**20.5** Ficam os licitantes sujeitos às sanções administrativas, cíveis e criminais cabíveis caso apresentem na licitação, qualquer declaração falsa que não corresponda à realidade dos fatos.

**20.6** Acompanham este edital os seguintes anexos:

Anexo 1	<b>Termo de Referência</b>
Anexo 2	<b>Proposta Detalhe</b>
Anexo 3A	<b>Atestado de vistoria das aeronaves alocadas no SAOA</b>
Anexo 3B	<b>Atestado de vistoria das aeronaves alocadas no GAM/PMERJ</b>
Anexo 4	<b>Minuta Contratual</b>
Anexo 5	<b>Modelo de Declaração de Atendimento ao disposto no art. 7.º, inciso XXXIII, da Constituição Federal (item 12.2.5)</b>
Anexo 6	<b>Declaração de que dispõe em seus quadros funcionais percentual mínimo de beneficiários da Previdência Social (Decreto 33.925/2003)</b>
Anexo 7	<b>Modelo de Declaração de enquadramento da empresa licitante como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte</b>
Anexo 8	<b>Modelo de Declaração de Elaboração Independente de Proposta</b>

**20.7** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL  
PROC. Nº E-13/001/1392/2013  
DATA: 25/09/2013 fls:  
RUBRICA:

**GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Secretaria de Estado da Casa Civil**  
**Subsecretaria Militar**

**20.8** Os casos omissos serão resolvidos pelo Superintendente de Orçamento e Finanças da Subsecretaria Militar da Casa Civil, com auxílio do Pregoeiro e Equipe de Apoio.

**20.9** O foro da cidade do Rio de Janeiro é designado como o competente para dirimir quaisquer controvérsias relativas a este Pregão e à adjudicação, contratação e execução dela decorrentes.

Rio de Janeiro, ..... de outubro de 2013.

PAULO ROBERTO PEREIRA DA SILVA – CEL PM  
SUPERINTENDENTE DE ORÇAMENTO E FINANÇAS